

Ensino primário e municipalidade: um estudo dos Relatórios Intendenciais das primeiras décadas do século XX

Primary education and municipality:
a study of the Intendentials reports of
the first decades of the twentieth century

Maria Augusta Martiarena de OLIVEIRA¹
Giana Lange do AMARAL²

Resumo

Nas primeiras décadas do século XX, a educação era abordada pelo governo de Pelotas, localizada no Rio Grande do Sul, nos Relatórios Intendenciais, que se destinavam a apresentar os resultados das ações governamentais durante um ano. A partir da década de 1910, passaram a contar com fotografias sobre diversos temas, inclusive instituições de ensino municipais. O objetivo deste artigo é analisar o papel do ensino primário nos referidos documentos publicados entre 1900 e 1920. Verificou-se que o ensino primário foi integrado a esses temas e que tal vinculação encontra-se relacionada ao higienismo e às preocupações com a formação cidadã.

Palavras-chave: Ensino Primário. Imagens de Discentes. Primeira República. Cultura Escolar.

Abstract

In the first decades of the twentieth century, the issue of education has been presented by the municipal government of Pelotas, located in Rio Grande do Sul, in their Intendentials Reports, that intends to present the results of the governmental actions during a year. From the 1910 decade, they started to have photographs about different themes, included municipal schools. This paper's objective is analyzing the role of the primary education in the Intendentials Reports. We realize that the primary education was integrated to these themes and that happened in relation to the hygienist and the concernment to the citizenship formation.

Keywords: Primary Education. Students Images. Firs Republic. School Culture.

1 Doutora em Educação – linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, integrante do Grupo de Pesquisa em Formação de Professores e do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEIHE, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Rua Santos Dumont, 2127 – Osório/RS. CEP: 95520-000. Tel.: (51) 36013500. Email: <martiarena.augusta@gmail.com>.

2 Doutora em Educação – linha de pesquisa História da Educação, integrante do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEIHE, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, R. Cel. Alberto Rosa, 154 - Centro, Pelotas/RS. CEP: 96020-220. Tel.: (53) 3284-5523. Email: <gianalangedoamaral@gmail.com>.

Introdução

As primeiras décadas do século XX coincidem com o período político denominado Primeira República, República Velha e República do café com leite, o qual se iniciou no final do século XIX. Nesse contexto, a educação escolar tornou-se um tema amplamente debatido em esfera nacional, seja pelo elevado número de analfabetos, herdados do Império, seja pela necessidade de formar os cidadãos para as necessidades do novo regime³. Nesse sentido, as iniciativas particulares não eram suficientes para modificar o quadro de analfabetos, logo, os estados e, posteriormente, os municípios, precisaram incrementar a sua rede de ensino.

O objetivo deste artigo é analisar o papel do ensino primário nos Relatórios Intendenciais das duas primeiras décadas do século XX, ou seja, compreender como os intendentos (gestores municipais) da cidade de Pelotas abordavam o tema do ensino público primário. Destaca-se que os resultados apresentados são parte integrante de uma pesquisa maior, na qual foram analisadas as instituições e as práticas escolares na referida cidade, durante a Primeira República. O presente estudo torna-se relevante no sentido de que possibilita a compreensão histórica do papel do ensino primário entre as preocupações do governo municipal, bem como a forma com que o ideário de que a educação constituir-se-ia na resolução dos problemas sociais passou a ser dominante entre os gestores. Esta investigação encontra-se ambientada na cidade de Pelotas, localizada na parte sul do estado do Rio Grande do Sul. Durante a Primeira República, esse estado brasileiro foi governado por membros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o qual foi influenciado pelo Positivismo⁴. Assim como ocorreu no contexto estadual, a cidade de Pelotas também foi governada por gestores vinculados ao PRR. As reformas estaduais influenciaram sobremaneira a postura do governo municipal em relação à educação, o que se fez claro no papel ocupado pelo ensino primário nos documentos oficiais. Deve-se ter em conta, entretanto, que pela *tradição* atribuída à cidade de Pelotas⁵, cujo ápice econômico esteve relacionado com a produção de charque e esse crescimento levou ao reconhecimento do Município como um espaço de desenvolvimento cultural, em algumas oportunidades houve uma concorrência entre as gestões estadual e municipal. Faz-se necessário mencionar

3 Sobre o tema ver Carvalho (1998) e Nagle (1974).

4 Sobre a influência do Positivismo na educação gaúcha, sugere-se a leitura de Tambara (1995).

5 Sobre o tema, sugere-se a leitura de Jantzen (1990).

que, conforme Magalhães (2010), correlativamente às abordagens gerais, a história da educação encontrava no local e no institucional uma perspectiva de renovação, na medida em que se centrava na interação sujeito-realidade e consequentemente ampliava as fontes de informação e conferia significado aos acontecimentos e testemunhos regionais e locais. Ressalta-se que, segundo o autor, o local não deve ser compreendido como uma réplica do global, mas como uma singularidade, cujas marcas de diferenciação atribuir-lhe-iam uma existência como totalidade, seja em organização, seja em evolução.

Para a realização deste artigo, utilizou-se como fontes de pesquisa os Relatórios apresentados anualmente no mês de setembro, os quais, além de impressos na forma de livretos, eram publicados no jornal *Diário Popular*, órgão oficial do PRR em Pelotas. As fotografias foram extraídas do Relatório de 1915, porém, outros Relatórios da década de 1910 são mencionados como fontes escritas. Realiza-se, portanto, uma análise histórica, baseada em documentos escritos e iconográficos.

O ensino primário nos Relatórios Intendenciários das primeiras décadas do século XX

Ao realizar uma periodização da história da escola pública brasileira, Saviani (2004) define como marco inicial do que considera o *longo século XX* o ano de 1890⁶. Para justificar tal escolha, o autor menciona vários fatores: economicamente, os cafeicultores estabeleceram-se; politicamente, a Monarquia encontrou o seu fim e instaurou-se a República; socialmente, grupos sociais que vieram a pressionar a classe agroexportadora já haviam surgido, como a classe média, os trabalhadores assalariados urbanos, a imigração estava estabelecida e havia ocorrido a abolição; culturalmente, o Positivismo, o evolucionismo, o darwinismo, o romantismo encontravam-se na cena acadêmica.

Nesse turbulento contexto histórico, a escola ganhou um papel primordial na formação dos cidadãos da república nascente. Seja com o intuito de republicanizar, disciplinar e afirmar o regime, seja com o objetivo de reduzir o analfabetismo que ainda atingia níveis altíssimos, a escola constituiu-se como uma das principais ferramentas governistas, especialmente na figura do grupo escolar, ou seja, com classes seriadas.

6 Embora o ano de 1890 faça parte do século XIX, o autor justifica a sua escolha por propor uma periodização que não se baseia apenas nos marcos temporais tradicionais. Além disso, a última década do século XIX é a primeira de efetivação do regime republicano no Brasil.

Outra questão não menos importante que envolve a escola foi citada por Hilsdorf (2005) e refere-se ao voto. Segundo a autora, a educação pelo voto e pela escola foi instituída pelos republicanos como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, sendo oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano. Dessa forma, a prática do voto pelos alfabetizados e a frequência à escola seriam responsáveis pela formação do homem progressista, adequado aos tempos modernos, transformando o súdito em cidadão ativo. Gil (2016) afirma que

A propaganda republicana acerca da eficácia da escola seriada para a difusão da educação popular, em consonância com os imperativos da modernidade, circulou amplamente em discursos políticos e especializados que se propunham a pensar, regular e promover a educação primária no país. Ao longo das primeiras décadas do século XX, esse modelo escolar foi sendo progressivamente instalado e difundido nos diversos estados brasileiros. (GIL, 2016, p. 264).

Essa autora informa, ainda, que a difusão da escola seriada não teria acontecido sem resistência. Mesmo que esse modelo tenha predominado nos discursos circulantes ao longo do século XX, em termos quantitativos, Gil (2016) acredita que a matrícula nas escolas formadas por apenas uma sala de aula, usualmente denominadas de escolas isoladas, manteve-se expressiva.

Na primeira década do século XX, a educação ocupava um pequeno espaço nos relatórios dos intendentess pelotenses. Em 1909, na gestão de Barboza Gonçalves, publicaram-se algumas considerações sobre as *aulas municipais*⁷. De acordo com o intendente:

Conhecidas as vantagens de disseminar a instrução, fazendo-a chegar, prompta e fácil, ao alcance de todas as classes, principalmente as mais desfavorecidas da fortuna, a Administração julgou-se no dever de estabelecer, dentro da cidade, diversas aulas.

Mantidas em favor dos que, sequiosos de saber, mas impedidos, pelas prementes necessidades da vida, que procuraram nas horas de seu funcionamento as aulas do Estado, só possam dispor das horas da noite para satisfazer

7 As aulas municipais aqui mencionadas constituem-se em aulas isoladas, conforme descritas por Faria Filho (1996) e Gil (2016).

esse dever que cabe a todo cidadão, não foi esse um baldado empenho nem semente lançada, entre abrolhos. As aulas municipais são muito procuradas, tem boa freqüência e vão preenchendo perfeitamente o seu fim. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1909, p. 24).

Por meio das afirmações de Gonçalves percebe-se que as aulas municipais visavam ao atendimento de uma classe menos privilegiada, principalmente alunos trabalhadores, e tinha por finalidade uma educação rudimentar, no sentido de alfabetização e não a preparação para o ingresso no ensino superior. Durante o período Republicano, o ensino primário passou a ser um cuidado do Estado e do Município. O primeiro se dedicou à expansão da rede pública de ensino, antes do âmbito municipal, porém, não foi suficiente, o que forçou os municípios a oferecerem aulas públicas⁸. Destaca-se que as camadas superiores já eram atendidas pela iniciativa privada.

Dessa forma, lentamente, o tema educacional começou a perpassar os discursos intendenciasais. José Barboza Gonçalves afirmava: “O povo em que a média da instrução se patenteia mais elevada, também se revela o mais forte, o mais industrioso, o mais capaz” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1910, p. 16), e Cypriano Corrêa Barcellos: “Não é descuidada entre nós: desenvolve-se, progride e segue marcha desassombrada, com forte empenho do poder público em difundil-a e pol-a a fácil alcance” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1913, p. 10). Ele afirma ainda:

A cada passo, revelam os esforços pertinazes de seus competentes directores e provectoros mestres, que, numa conjucção de labores profícuos, hão conseguido conservar em destaque o bom nome do professorado Pelotense. Se, por um lado, se vêem em tão lisonjeiro estado as faculdades, os gymnasios e as aulas particulares por outro, os collegios elementares e os estadoaes, os subvencionados e os do Municipio correspondem perfeitamente a seus fins. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1916, p. 19).

As palavras do intendente Cypriano Corrêa Barcellos demonstram a satisfação e o orgulho que o governo sentia em relação ao desenvolvimento das instituições educacionais e do próprio professorado. Além disso, o intendente se mostrou

8 As aulas públicas aqui mencionadas são aulas isoladas mantidas com recursos públicos.

bastante satisfeito com a forma como essas instituições cumpriram as suas finalidades. Diante dessa afirmação, que demonstra uma grande satisfação pelas instituições públicas e privadas, parte-se para outro ponto, decorrente do ideário, seja Positivista, seja maçônico (como será abordado a seguir). Não houve, nesse período, uma concorrência entre o setor público e o privado, mas um incentivo ao desenvolvimento de ambos os setores. Isso se devia, em especial, ao fato de que as doutrinas que influenciavam o pensamento da época destinavam os cuidados da educação primária para o Município e para o Estado, sugerindo que os ensinamentos secundário e superior deveriam estar nas mãos da iniciativa privada. Além disso, como mencionado anteriormente, as camadas socialmente mais elevadas muitas vezes realizavam seus estudos em instituições privadas. O espaço para a iniciativa privada esteve presente, também, nos discursos dos intendentes, como pode ser percebido nas palavras de Cypriano Corrêa Barcellos: “A seu turno, se manifesta, poderosamente, a iniciativa particular, cuja acção, se evidencia de modo eloquente” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1913, p. 10). Conforme a citação de José Barboza Gonçalves:

Conscio da missão que lhe assiste, o poder publico deve auxiliar o desenvolvimento da instrucção, sob qualquer aspecto que se apresente, não reconhecendo privilégios académicos, não fazendo questão de diplomas, deixando exercer-se a livre concorrência, para estímulo das aptidões, e auxiliando a capacidade proveitosa, onde quer que Ella se encontre. Em vez do ensino official, que já fez sua época de estreiteza dogmática, com suas pragmáticas e peãs, com concursos de aparato e a effectividade que, muitas vezes, só premeia um esforço de occasião ou uma felicidade do acaso, e pode matar, na sua disseccante atmosphera, o gérmen do estímulo, que deve ser, na livre concorrência, guia de acção constante, estabelece-se a plena liberdade, que leva o espirito desempedido a agir, autônomo, em busca de maior desenvolvimento para a firmeza de uma situação em que a sua utilidade se defina. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1910, p. 15).

As palavras de Gonçalves apontam para uma situação característica da Primeira República: a teoria Positivista se mostrava favorável às iniciativas particulares no âmbito educacional, o que fica claro quando o intendente menciona as expressões *livre concorrência, plena liberdade, autônomo*. Ao mesmo tempo, deve-se ter em conta que, durante a República, conforme Tambara (1995) e Corsetti (1997), o incremento do ensino público primário ocorreu num processo desenvolvido pelo

governo estadual. Tal processo fica evidente nas palavras do referido intendente, o qual demonstra que a difusão do ensino primário em Pelotas, pelo governo municipal, não foi uma singularidade da cidade, mas estava vinculada a um processo que ocorria concomitantemente em âmbito estadual e por iniciativa do governo estadual:

A administração municipal, no intuito de auxiliar a acção fecunda do governo do Estado, que, além de, com nobre empenho e franco successo, acelerar a diffusão da instrucção elementar por todas as classes, presta ainda valioso apoio aos institutos de ensino superior, não podia deixar de contribuir, na força dos seus actuaes recursos, para o augmento do numero de aulas. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1909, p. 21).

Ou, conforme as palavras do mesmo intendente em Relatório do ano seguinte:

E, procurando cooperar com o Estado na disseminação do ensino, além das aulas que o Municipio já mantém na cidade, estabeleci outras nos Districtos Ruraes, localisando-as nos pontos julgados mais convenientes, de forma que seus benefícios alcancem o maior numero possivel de creanças, e preparando por methodo pratico e efficaz cidadãos úteis a si, á família e á Patria. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1910, p. 15).

Nos anos de 1912 e 1913, as preocupações do então intendente Cypriano Corrêa Barcellos se mantinham centradas no saneamento, tema que, nesse período, mostra-se relacionado com a educação. Nesse sentido, a função da educação seria a formação integral do cidadão, levando-se em conta os aspectos físico, cívico e moral e se daria de forma a levar em consideração os conhecimentos científicos de maneira organizada. Em 1912, o intendente aprovou o *Regulamento da Instrucção Pública Municipal*⁹, pelo Ato n. 642, de 24 de janeiro. O referido Regulamento consta de 18 artigos, nos quais foram abordados temas como: o caráter leigo e gratuito do ensino municipal; a divisão em dois cursos (primário e técnico para profissões elementares); o currículo de tais cursos e o público a quem era destinado; a inspeção do ensino; o cronograma das atividades; as atribuições dos estudantes e dos professores, entre outros temas. O desenvolvimento de uma

9 O Regulamento da Instrucção de 1912 se encontra publicado no Relatório Intendencial do mesmo ano.

legislação que regulasse a instrução municipal demonstra que o funcionamento das aulas municipais existentes exigia uma organização.

No ano de 1913, o governo estadual criou, em Pelotas, dois *collegios elementares*¹⁰ estaduais, o que denota um incremento, a partir da década de 1910, do ensino público. Além disso, nessa mesma década, Cypriano Corrêa Barcellos encontrava-se bastante satisfeito com a situação da instrução:

Problema que attrahe e prende a attenção dos dirigentes em todos os paizes, muito principalmente naquelles que, como o nosso, iniciam as primeiras pugnas da grande campanha, não tem a instrucção permanecido estacionaria em nossa terra nem se apresenta em plano inferior.

Ao contrario, pode-se affirmar, com justa ufanía, que seu útil desdobramento é continuo e de excellentes resultados, tornando-se já conhecidos, dentro e fora do Estado, os nossos estabelecimentos de ensino.

Noveis ainda quase todos, offerecem, entretanto, provas inconcussas da bem constituída organisação de que são dotados. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1916, p. 19).

As palavras de Cypriano Barcellos representam o entusiasmo pela educação vivido na segunda década do século XX, pois relaciona a educação com o desenvolvimento. Além disso, o intendente se vangloria do crescimento que a instrução tem apresentado e do renome dos estabelecimentos de ensino. Nesse ponto, é possível entender que o intendente não aborda somente o ensino primário, mas, de forma geral, referindo-se ao reconhecimento, dentro e fora do Estado, das escolas de ensino superior, especialmente a Escola de Agronomia e Veterinária.

A década de 1910 foi caracterizada pela preocupação e desvelo com o ensino superior em âmbito municipal. No entanto, foi nesse período que o interesse pelo ensino primário iniciou a sua intensificação, especialmente por estar integrado em um processo de expansão da rede pública de ensino em nível estadual. O referido processo pode ser percebido pela criação dos dois *collegios elementares* e do incremento dado às aulas municipais e às subvenções. Embora a década de 1920 represente o decênio de criação do maior número de escolas municipais, foi na década anterior que se iniciou o discurso de importância da instrução como meio de elevação intelectual e econômica das nações.

10 Os *collegios elementares* eram escolas seriadas semelhantes aos grupos escolares, criadas no Estado do Rio Grande do Sul. Sobre o tema ver Peres (1995).

De acordo com Araújo, Souza e Pinto (2013) em estudo sobre período contemporâneo a essa investigação, em dez estados brasileiros e um território, as mensagens dos presidentes de províncias desvelavam a necessidade de modernizar o método de ensino, bem como a manutenção de número elevado de escolas isoladas. Tal contexto representava um modelo de desigualdade, marcado por disputas entre poderes municipais e estaduais. A leitura dos relatórios intendenciasais aponta para momentos de comunhão e momentos de disputas entre o Município de Pelotas e o governo do Estado do Rio Grande do Sul. Embora as disputas fiquem mais claras na década de 1920¹¹, a década de 1910 representa a necessidade de ampliação da educação pública, a qual aconteceu mediante influência do governo estadual.

Além disso, a educação se desenvolveu no âmago da modernidade e da urbanização, contando com o *status* de prática modernizante, o que se insere no discurso mencionado anteriormente, sobre a educação como caminho necessário para o crescimento dos países. Pode-se dizer que, no Brasil, as grandes cidades passaram, durante a Primeira República, por um forte processo de urbanização e modernização urbana. Assim como essas grandes cidades, Pelotas viveu a sua modernização urbana notadamente a partir da década de 1910, em especial no governo de Cypriano Corrêa Barcellos, cuja reeleição permitiu que governasse por praticamente todo o segundo decênio do século XX.

Tais intendentess (Barboza Gonçalves e Cypriano Barcellos), ainda que não tivessem clara a necessidade de expandir o ensino público municipal, já apresentavam o tema da educação em seus relatórios, recaindo, inicialmente, no ensino superior, especialmente na Escola de Agronomia e Veterinária e, mais tarde, ampliando os seus interesses para o ensino primário.

No Relatório Intendencial de 1915 foram publicadas quatro fotografias da 6ª Aula Municipal, as quais foram posteriormente publicadas no Almanach de Pelotas de 1916. O referido relatório foi o segundo a incluir imagens fotografias nas suas páginas. O primeiro foi o Relatório de 1914, no qual foram apresentadas as seguintes fotografias: Intendencia Municipal, Salão principal da intendência municipal onde funciona o conselho, trecho da Rua 15 de novembro, trecho da Rua Marechal Floriano, Escola de Agronomia e Veterinária, Chafariz no centro dos jardins da Praça da República, vista dos Jardins da Praça da República, forno de incineração, Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, antigo Mercado, um trecho do novo mercado frente leste e novo Mercado frente oeste.

11 Sobre o tema ver Oliveira (2005, 2012).

As fotografias presentes no Relatório de 1914 e o estudo do governo de Cypriano Barcellos demonstram que a real modernização de Pelotas nesse período se relaciona com a urbanização da cidade, especialmente da zona central. Além disso, as fotografias apresentam prédios novos e a reurbanização da praça, mas, ao mesmo tempo, apresentam prédios antigos, como o da Intendência, o da Santa Casa e da Escola de Agronomia e Veterinária. Os referidos prédios foram construídos no século XIX, quando a elite da cidade se encontrava em um período economicamente favorável. Deve-se mencionar, ainda, que apenas uma instituição educacional fora apresentada, o que, em conjunto com todo o discurso sobre urbanização e saneamento básico¹², demonstra que a educação não era o foco principal do referido governo. Além disso, o Município não contava com um número relevante de escolas. Ressalta-se que a instituição educacional representada, no referido relatório, era de ensino superior e, no que tange ao tema da educação, era a que mais espaço possuía nos relatórios intencionais.

No Relatório de 1915, no entanto, todas as imagens apresentadas se referem à educação. O número de imagens apresentado é muito inferior ao do Relatório apresentado no ano anterior. Às quatro fotografias já mencionadas, acrescenta-se uma gravura do mapa dos dados da instrução pública em Pelotas. Das fotografias, duas foram produzidas no pátio da escola e duas no interior da escola. As fotografias são de baixa qualidade, o que traz prejuízo à sua análise.

Primeiramente, deve-se mencionar que existe uma intencionalidade de apresentar as fotografias dos alunos da 6ª aula municipal. A referida aula passou a ser mencionada nos Relatórios Intencionais, a partir de 1913, quando o Professor José Francisco Duarte, responsável pela sua manutenção, foi premiado com medalha de ouro e diploma pelo fato de seus alunos terem alcançado a média mais elevada no total das aprovações. Ressalta-se que os prêmios escolares eram uma prática deveras comum em âmbito nacional e internacional.

Além disso, em Pelotas, os exames finais costumavam ocorrer na Escola de Agronomia e Veterinária e verificavam determinados conhecimentos:

O adeantamento revelado pelas creanças, em geral, foi satisfactorio e confirmativo não somente da assiduidade ás aulas, como também do interesse com que os preceptores cumpriram seus deveres.

O termo de exame registrou para os collegios o conhecimento

12 Foi durante o governo de Cypriano Barcellos que Saturnino de Brito, renomado sanitarista brasileiro, foi trazido pela primeira vez para atuar em Pelotas. Além disso, o governo municipal se dedicou à instalação de luz elétrica e de bondes. Sobre esse sanitarista ver Faria (2015).

de leitura corrente, de dictado, de grammatica, de noções de geographia, de historia pátria e das operações fundamentaes. Em mais de um delles, porem, sabem os alumnos fracções ordinárias e decimaes, regras de juros e proporções, exhibindo as meninas da 15.a aula apreciáveis trabalhos de agulha. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1913, p. 11).

Percebe-se que era avaliado um conhecimento geral, baseado notadamente nos conhecimentos de leitura, gramática, geografia e história nacionais (como continuidade da formação moral e cívica), matemática e trabalhos manuais para meninas. As alunas da 15ª aula foram novamente mencionadas no Relatório de 1914, por seus trabalhos com agulhas.

Ressalta-se, ainda, que os referidos exames ocorriam normalmente no mês de dezembro e eram realizados em conjunto com a solenidade de encerramento do ano letivo. Os exames eram realizados perante uma banca. Em 1913 e 1915 a banca foi composta por Manuel Luiz Osório, Manoel Serafim Gomes de Freitas e Gregorio Romeu Iruzum¹³. Deve-se salientar que Manoel Luiz Osório era o inspetor do ensino de Pelotas durante o governo de Cypriano Barcellos.

Em 1914, de acordo com o Relatório Intendencial, vários alunos da 6ª aula não compareceram à chamada para realização dos exames devido a engano na interpretação de ordem, ou seja, houve um problema de comunicação entre a intendência e a escola no momento de definir os horários dos exames. Contudo, essa aula teve um dos maiores índices de alunos premiados. O incidente anteriormente mencionado mereceu uma menção ao trabalho do Professor José Francisco Duarte, docente de aula municipal:

Esse facto veiu baixar a relação de entre presentes e matriculados, sem diminuir comtudo o mérito do respectivo professor, que, leccionando 117 creanças, pelo resultado patenteado, tornou-se digno de elogios. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1914, p. 22).

Aos prêmios escolares já oferecidos pelo Município, a partir de 1915 se integraram as doações realizadas por Edmundo Berchon des Essarts, em memória

13 Entre os examinadores constam professores de instituições de ensino locais bastante renomadas, como a Escola de Agronomia e Veterinária e o Gymnasio Pelotense. Sobre essas instituições ver Oliveira (2012) e Amaral (2005).

à sua esposa, Antônia Berchon des Essarts¹⁴. Em 1915, o referido prêmio consistiu em “[...] dez cadernetas da Caixa Economica do Estado, do valor de 50\$000 cada uma” (RELATÓRIO INTENDENCIAL DE 1915, p. 24). Nesse mesmo ano, foi instaurado o Prêmio *D. Antonia* para os órfãos que apresentavam os melhores rendimentos escolares. A empresa Echenique & C. também disponibilizou artigos para estudos, os quais eram distribuídos como prêmios aos alunos que mais se destacavam.

Dentre as aulas que receberam premiações, a 6^a aula destacou-se, tendo sido premiados 14 alunos, enquanto as outras aulas municipais foram brindadas com duas, três ou quatro premiações. Essa diferenciação em relação às outras aulas municipais levou o Município a um maior dispêndio de atenção com essa instituição escolar. Em 1914, foi mencionada a implantação de aulas de música na referida aula:

Já se iniciou o ensino da musica, na 6.a aula, com elevado intuito de estimular o sentimento artístico entre os menores, facultando-lhes ao mesmo tempo uma profissão que talvez um dia lhes possa ser útil. O instrumental necessário encomendou-se a Reimers & Loessl, de Hamburgo, tendo iniciado as licções theoricas o maestro Salustiano Penteado, desde julho ultimo. (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1914, p. 22).

Pode-se dizer, então, que a 6^a aula municipal, ao se destacar, recebeu mais cuidados da Intendência Municipal, como a implantação de aulas de música. Os instrumentos, nessa época, eram importados da Europa, especialmente da Alemanha, o que denota certos investimentos com o ensino musical nas escolas. Além disso, eram necessários professores com conhecimentos específicos para ministrar as referidas classes.

As fotografias da 6.^a Aula Municipal

Ao utilizar-se fotografias como fontes de pesquisa, deve-se ter em conta que fotografias impressas podem receber, ainda mais do que as originais, retoques. Dessa forma, identificar a origem da fotografia é um dos pontos primordiais na sua análise. Além disso, destaca-se que as fotografias integraram-se às fontes históricas

14 Edmundo Berchon des Essarts foi um cidadão pelotense que instituiu uma modalidade de prêmios em homenagem à sua falecida esposa. Tal atitude insere-se nas práticas filantrópicas amplamente usuais durante os séculos XIX e XX. Sobre os prêmios sugere-se a leitura de Oliveira (2005).

somente em um período de *revolução documental*, tendo em vista que existia uma primazia das fontes escritas em relação às fontes iconográficas. Ao mesmo tempo, a fotografia recebeu, por muito tempo, um tratamento de *espelho da realidade*. De acordo com Burke (2004, p. 29, grifo do autor): “[...] a expressão *câmera inocente*, cunhada na década de 1920, levanta um aspecto genuíno, embora a câmera tenha de ser empunhada por alguém e alguns fotógrafos sejam mais inocentes que outros.” Característica que se perdeu a partir do momento em que os historiadores definiram métodos para o tratamento e análise das imagens fotográficas.

As aulas municipais encontravam-se entre as antigas aulas isoladas e os colégios elementares ou grupos escolares. Embora semelhantes às aulas isoladas, elas viviam forte inspeção do Município e do Estado, ao mesmo tempo em que começam a instalar-se em prédios próprios para escolas. A seguir, as figuras 1 e 2 demonstram que a escola do Prof. José Francisco Duarte possuía salas de aula cujo espaço se encontrava adequado à prática do ensino. As referidas imagens encontravam-se em uma mesma página do Relatório Indentencial de 1915, dispostas uma acima da outra, na mesma página, pois faziam parte de um mesmo contexto, cuja legenda é *6ª Aula Municipal*. Ambas as imagens representam a mesma sala de aula, mas de ângulos diferentes.

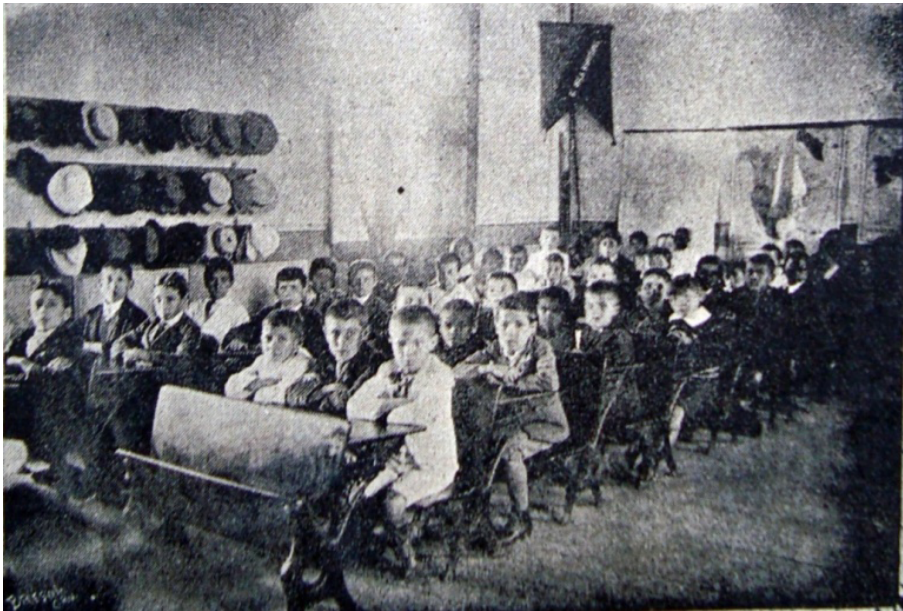
Figura 1 – 6.ª Aula Municipal



Fonte: Relatório Intendencial de 1915

A fotografia que ocupava a parte superior da página em que foi publicada (figura 1) apresentava um grupo de alunas sentadas em suas carteiras, o que demonstra que a escola já estava dotada de mobiliário, senão o adequado, mas mais próximo ao que se esperava de uma instituição escolar durante a Primeira República. A fotografia possui um equilíbrio assimétrico, pois as fileiras de alunas desenhavam uma linha transversal que cruzava a imagem, partindo da parte inferior direita da imagem, dirigindo-se à parte superior esquerda. Nas paredes, percebia-se uma série de instrumentos didáticos e de símbolos nacionais, com a finalidade de formar cívica e moralmente o cidadão: um mapa do Brasil e três bandeiras, das quais, acredita-se que uma é a do Brasil.

Figura 2 – 6.ª Aula Municipal



Fonte: Relatório Intendencial de 1915

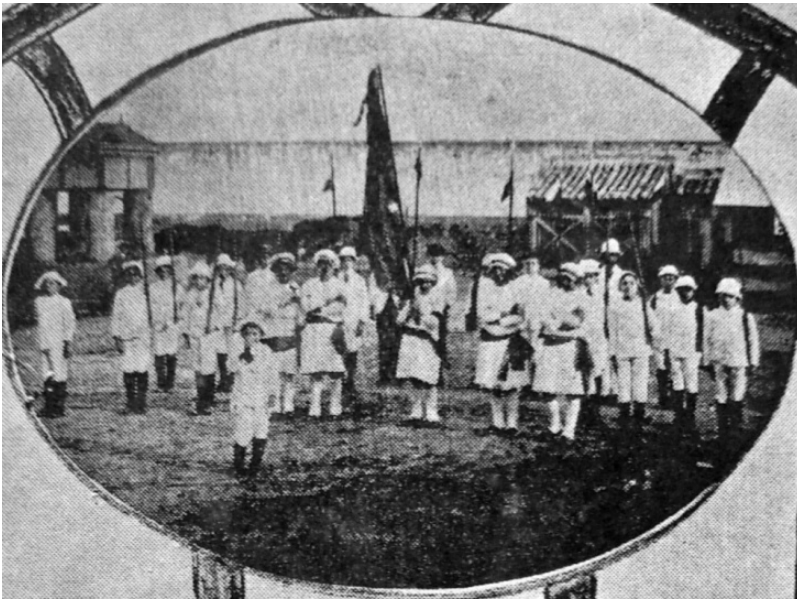
A figura 2, que ocupava a parte inferior da página do Relatório, possui o mesmo equilíbrio assimétrico que a imagem anterior. A fotografia refere-se ao lado esquerdo da sala de aula, no qual se sentava um grupo de alunos. Ao fundo da sala também é possível perceber a existência de uma série de materiais didáticos, provavelmente mapas. Na parede ao lado dos estudantes é possível perceber cabides, nos quais foram dispostos os seus chapéus. O chapéu e a boina

ou boné, nesse período, eram elementos marcantes da indumentária masculina. Dessa forma, ao lado dos meninos, encontravam-se elementos das representações sociais da masculinidade.

Deve-se ressaltar que as figuras 1 e 2 podem indicar que a aula era mista. Entretanto, essa prática pode ser questionada, tendo em vista que o fato de os alunos se encontrarem na mesma sala não é necessariamente um indicador de que as aulas eram comuns a todos. Na imagem, as meninas sentavam-se de um lado da sala, enquanto os meninos sentavam do outro. Essa divisão sexual pode ter ocorrido apenas para a realização da fotografia ou não, tendo em vista que se trata de uma imagem oficial. Destaca-se que todas as crianças encontravam-se na mesma posição: com os braços cruzados sobre a mesa, o que ressalta quão posada era a fotografia. A utilização de uniforme, aparentemente, não era um costume diário na 6ª Aula Municipal, embora os alunos se encontrem uniformizados na figura 3. Pode-se perceber que, tanto entre as meninas como entre os meninos, existem alunos de várias alturas, o que pode denotar idades diferentes. Isso pode representar que a aula municipal não era seriada, como as antigas aulas isoladas acima mencionadas, ou que alunos de diferentes séries foram reunidos para que a imagem fosse produzida.

Ademais, faz-se mister ressaltar que, ao levar-se em conta a análise das vestimentas utilizadas pelos estudantes, a escola contava com alunos de diferentes origens socioeconômicas, o que era comum nas escolas de ensino primário. Além disso, entre os meninos havia alunos negros, o que aparentemente era menos recorrente entre as meninas. Os alunos negros sentavam-se ao fundo da sala, o que denota as dificuldades de inserção das crianças negras nas instituições educacionais, as quais se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, em número menor em âmbito local e nacional. A quase ausência de meninas negras pode ser um indicativo de como a mulher negra encontrou ainda mais dificuldade de inserção na esfera educacional, pois era duplamente vítima de preconceito: sexual e racial.

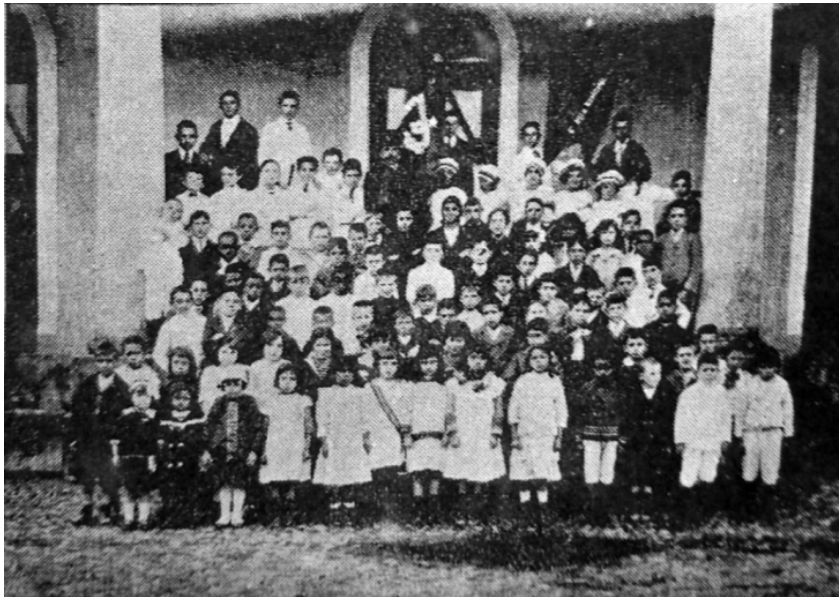
As figuras 3 e 4 foram realizadas em partes externas da escola. Assim como as fotografias antes abordadas, essas figuras fazem parte de um mesmo contexto e representam os alunos no pátio da escola.

Figura 3 – Alunos da 6.^a Aula Municipal

Fonte: Relatório Intendencial de 1915

A fotografia que ficava na parte superior da página do Relatório (figura 3) apresenta os alunos (meninas e meninos) uniformizados, segurando bandeiras e vara-paus (aparentemente o mesmo tipo que os escoteiros utilizavam para realizar os seus exercícios). Essa imagem representa a preocupação existente, e já mencionada anteriormente, com a formação moral e cívica dos estudantes. O uniforme da escola era branco. Os meninos usavam botas, enquanto as meninas usavam meias três-quartos e sapatilhas. Ambos usavam chapéus, no entanto, os dos meninos eram diferentes dos das meninas, pois os delas eram arrematados com um laço. Entre as alunas, uma aparentemente é negra. Uma das meninas segurava uma bandeira, provavelmente a nacional. Os alunos estavam dispostos em duas fileiras e apenas um aluno encontrava-se adiantado, o qual se encontra em primeiro plano. Ao fundo, vê-se uma espécie de galpão ou casa do zelador e, do lado esquerdo, uma construção cujo formato é hexagonal e possui aberturas, como se fosse um poço.

Figura 4 – Alunos da 6.^a Aula Municipal



Fonte: Relatório Intendencial de 1915

A figura 4 apresenta uma disposição bastante comum nas fotografias de alunos¹⁵. Os estudantes encontravam-se nas escadarias que se dirigem ao pátio da escola. Formavam fileiras de maneira a constituir uma figura em forma de triângulo ou trapézio. A fileira em primeiro plano era composta pelos alunos de menor estatura. Pode-se perceber que os estudantes uniformizados e os sem uniformes misturavam-se. Ao fundo, via-se a porta de entrada para a escola. De acordo com Borges (2003), as imagens fotográficas devem ser vistas como documentos que informam sobre a cultura material de um determinado período histórico e de uma determinada cultura, e também como uma forma simbólica que atribui significados às representações e ao imaginário social.

15 No Relatório Intendencial de 1928, do governo de Augusto Simões Lopes, constam duas fotografias realizadas na porta dos fundos do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção: a fotografia do Grupo de Escoteiros Municipais e a fotografia da Distribuição do *Côpo de Leite*. Estudos sobre tais fotografias podem ser encontrados em Oliveira, Amaral e Tambara (2009) e Oliveira, Amaral e Tambara (2010).

Considerações finais

Tal como afirma Magalhães (2010), o local não é uma miniatura do universal, mas está imbuído de singularidades. A sua compreensão se dá a partir da comparação e das relações, seja com a esfera regional, seja nacional. Nesse sentido, pode-se perceber que o ensino primário passou a integrar os discursos intencionais na cidade de Pelotas durante as primeiras décadas do século XX, espaço que até então era ocupado praticamente pelo ensino superior, notadamente pela Escola de Agronomia e Veterinária. Destaca-se que tal posicionamento diante do ensino primário se deu, de certa forma, em razão da influência estadual no intuito de ampliar a oferta de ensino primário. A alfabetização constituiu-se em problema nacional expressivo, ao mesmo tempo em que os gestores locais reproduzem o discurso da higiene física e moral por meio da escola. Esse período é marcado, ainda, pela ocupação dos espaços tanto por escolas graduadas como por aulas isoladas, fossem públicas ou privadas. As aulas públicas municipais eram aulas isoladas mantidas com os recursos públicos, as quais proliferaram nesse período.

A valorização desse papel disciplinador e higienista tornou as instituições escolares como possibilidades de divulgação da ação política, o que justifica a utilização de fotografias que as retratassem. Ao analisar-se as fotografias de discentes, os quais se constituem em elementos da cultura escolar, percebe-se a relevância que tais elementos tiveram no âmbito da representação social sobre a cidade de Pelotas e sobre o papel político do ensino primário para o governo municipal. Deve-se ter em conta que tais temas ganharam as páginas dos Relatórios Intencionais, pois representavam temas que a municipalidade tinha interesse em destacar.

Embora a década de 1920 configure-se como o período em que o ensino primário foi o foco principal da propaganda governista em Pelotas, na década anterior já era perceptível o interesse em aumentar a rede pública de ensino primário. Pode-se afirmar que, embora o Positivismo previsse que o ensino primário poderia ficar a cargo da iniciativa privada, ela não foi capaz de suprir todas as necessidades de alfabetização. Nesse sentido, o governo estadual foi o primeiro a iniciar a ampliação da rede pública de ensino, seguido pelos municípios.

A divulgação das fotografias de discentes em um Relatório Intencional demonstra a relevância que esse tema passaria a ter a partir de então. Destaca-se, também, que a escolha da aula retratada se refere ao destaque que teve no que tange aos exames finais. As fotografias, como fontes de pesquisa, permitem a análise de uma série de elementos, como as divisões por gênero, as vestimentas dos alunos e as práticas escolares. Evidentemente, as imagens foram produzidas em situações cerimoniais e tratam-se de fotografias posadas. Entretanto, essa prática mesma já é um indício da aura que envolvia o ambiente escolar e da importância que ele passaria a receber.

Referências

- AMARAL, Giana Lange do. **Gymnasio Pelotense e a Maçonaria**: uma face da História da Educação em Pelotas. 2. ed. Pelotas: Seiva, 2005.
- ARAÚJO, José Carlo S.; SOUZA, Rosa Fátima; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A escola primária e o ideário Republicanista nas mensagens dos Presidentes dos Estados (1893-1918). In: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. (Org.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: História e Imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSE, 1998.
- CORSETTI, Berenice. **O poder em migalhas** – a escola no Rio Grande do Sul na Primeira República. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: forma e cultura escolares em Belo Horizonte. São Paulo: USP, 1996.
- FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. especial, p. 115-122, 2015.
- GIL, Natália. “Pequenos focos de luz”: as escolas isoladas no período de implantação do modelo escolar seriado no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 2 (41), p. 261-284, abr./jun. 2016.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick. **A ilustre Pelotense**: tradição e modernidade em conflito. Um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

MAGALHÃES, Justino. **Da cadeira ao banco: escola e modernização** (séculos XVIII – XX). Lisboa: Educa/ Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PERES, Eliane Teresinha. **Templos de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense, 1875-1915**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **A educação no governo de Augusto Simões Lopes** (1924 – 1928). 2005. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930): imagens e imprensa**. 2012. Tese. (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de; AMARAL, Giana Lange do; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. A distribuição do Cópo de Leite: análise da fotografia de uma forma de assistência instituída em Pelotas durante o governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928). **Cadernos de História da Educação**, v. 8, n. 1, p. 189-202, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/2284/1872>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de; AMARAL, Giana Lange do; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. Imagens do cotidiano escolar: uma análise das fotografias de práticas escolares publicadas no Relatório Intendencial de 1928, do governo de Augusto Simões Lopes (1924-1298), Pelotas, Brasil. **Revista Lusofona de Educacao**, v. 16, p. 89-102, 2010.

RELATÓRIO INTENDENCIAL apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro 1913 pelo intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos. Bibliotheca Publica Pelotense, Pelotas, 1913.

RELATÓRIO INTENDENCIAL apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1914 pelo intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos. Bibliotheca Publica Pelotense, Pelotas, 1914.

RELATÓRIO INTENDENCIAL apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1915 pelo intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos. Bibliotheca Publica Pelotense, Pelotas, 1915.

SAVIANI, Demerval. O Legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro. In: SAVIANI, Demerval. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9 - 58.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e Educação**: a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1995.

Recebimento em: 04/05/2015.

Aceite em: 18/01/2016.